

## Florestan Fernandes e Celso Furtado: aspectos históricos-estruturais para a interpretação da crise contemporânea no Brasil

### **Vanessa Follmann Jurgenfeld**

Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp

**E-mail:** vfolmann@hotmail.com

### **Carlos Henrique Lopes Rodrigues**

Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp

**E-mail:** chlrodrigues@yahoo.com.br

### **Resumo**

Este artigo retoma as interpretações “imperialismo total”, de Florestan Fernandes, e “pós-nacional”, de Celso Furtado. A partir de pontos convergentes na análise desses autores se evidencia que alguns problemas centrais do Brasil atual – dependência externa, redução da autonomia do Estado e desenvolvimento interno desigual – foram determinados historicamente, e, em grande medida, se aprofundaram nos anos mais recentes com o neoliberalismo. Na primeira parte, o artigo traz os principais argumentos do “imperialismo total” e do “pós-nacional”. Em seguida debate a consolidação do neoliberalismo no Brasil como um dos principais marcos do acirramento dessas características, impossibilitando um projeto de desenvolvimento nacional.

**Palavras-chave:** Imperialismo total; Pós-nacional; Desenvolvimento.

**Classificação JEL:** N16, B2

### ***Abstract***

*Based on the interpretations “total imperialism”, from Florestan Fernandes, and “post national”, from Celso Furtado, this paper shows some convergences of those authors and analyzes how some of the main contemporary problems of Brazil – external dependency, non-State autonomy and unequal internal development – have been historical settled and have gone deeper during recent years with the neoliberalism. Firstly, this article discuss the main arguments of “total imperialism” and “post national”. After that, it debates the consolidation of neoliberalism in Brazil, considering that it represents one of the most important elements to intensify the characteristics above, preventing a national development project.*

**Key-words:** *Total imperialism; Post National; Development.*

**JEL Code:** *N16, B2*

## 1. Introdução

Florestan Fernandes e Celso Furtado trazem elementos essenciais para se entender as contradições históricas do Brasil contemporâneo. O resgate das interpretações “imperialismo total”, de Fernandes, e “pós-nacional”, de Furtado, permite a compreensão das principais mudanças no capitalismo do pós-Segunda Guerra Mundial e também como o Brasil, principalmente, entre os anos 1950 e 1980, se insere neste contexto atuando para servir aos interesses de uma minoria privilegiada. O país deixa de lado desde então, e sobretudo com a implantação do neoliberalismo, a construção de uma Nação a partir de um projeto de desenvolvimento nacional.

Este artigo não tem a pretensão de abordar tudo que foi exposto em diversas obras por esses dois intelectuais e comparar suas análises e proposições, mas pretende trazer para o debate atual algumas das ideias do “imperialismo total” e do “pós-nacional”. A intenção é a partir desses dois marcos teóricos do século XX buscar elementos históricos e estruturais para a interpretação da crise contemporânea no Brasil.

Entre os aspectos em comum que podem ser elencados na análise desses autores a partir do pós-Segunda Guerra Mundial estão: as interpretações sobre a redução da autonomia do Estado para manejar políticas econômicas em prol da Nação; o problema da tutela dos Estados Unidos desde o pós-Segunda Guerra Mundial sobre os países subdesenvolvidos como o Brasil; o avanço de uma industrialização dependente, ancorada nas grandes corporações transnacionais; a manutenção do desenvolvimento desigual interno e da estrutura heterogênea; e a impossibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento<sup>1</sup>.

Com a interpretação do “imperialismo total”, Florestan Fernandes mostrou que a partir da associação das burguesias brasileiras<sup>2</sup> com o capital internacional caracterizou-se o capitalismo monopolista e a industrialização pesada no Brasil, no pós-Segunda Guerra Mundial. Desde então, as burguesias brasileiras optaram pela associação dependente e subordinada ao capital internacional, tendo como desfecho a revolução burguesa brasileira, sem resolver o problema democrático e com baixíssimo teor nacionalista. Isso, para Florestan Fernandes, configurou um capitalismo que acirrará a dependência externa e consolidou um Estado autocrático-burguês no contexto da contrarrevolução permanente, a partir do golpe civil-militar de 1964, que fortalecerá as características intrínsecas dessas burguesias: antissocial, antidemocrática e antinacional.

Celso Furtado entendeu a reorganização do sistema capitalista após a Segunda Guerra Mundial como o início do capitalismo “pós-nacional”. O termo foi utilizado por ele no sentido de explicar que a tomada de decisões e, conseqüentemente, o poder de uma Nação em particular deixa de estar circunscrito à esfera do Estado Nacional e das indústrias locais e se desloca para as empresas transnacionais, em grande expansão pelo

<sup>1</sup> A impossibilidade de um projeto de desenvolvimento nacional deriva das leituras tanto de Florestan Fernandes (1972; 1975; 2005) quanto de Celso Furtado (1974; 1983). Embora em Florestan Fernandes isso esteja mais claramente identificado, em Furtado temos ao longo da sua obra a ideia de possibilidade de superação do subdesenvolvimento presente até a sua morte, em 2004. Porém, apesar dessa esperança, alguns de seus livros, como *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), mostram quão mais consciente ele estava da distância que se ampliava para isso, de fato, ocorrer.

<sup>2</sup> Florestan Fernandes utilizou muitas vezes o termo “burguesias brasileiras”, no plural, porque ele as identificou como bastante heterogêneas em seus interesses. Há um padrão composto de hegemonia burguesa que dá unidade a essas burguesias, funcionando como uma colcha de retalhos, ou unidade de diferentes. O que divide essas burguesias na luta política é a polarização entre polo modernizador e polo conservador. O que as unifica, por sua vez, é a superexploração do trabalho, as restrições à emergência do povo no cenário político e a associação dependente com o capital internacional.

globo. Trata-se de uma fase de grandes transformações estruturais, sob comando da hegemonia norte-americana no mundo.

A partir das análises de Fernandes e de Furtado é possível apreender o significado e os efeitos do neoliberalismo no Brasil, que se desdobram em uma política macroeconômica que não tem os interesses da maioria da população brasileira como os mais importantes, mas o rentismo; um agudo processo de desindustrialização relativa<sup>3</sup>; um aumento da sua vulnerabilidade externa<sup>4</sup>; um crescimento exponencial do endividamento público, que alimenta o circuito financeiro do capital mundial; e a impossibilidade de que o Estado seja um agente que direcione os meios e os fins do desenvolvimento nacional<sup>5</sup>.

Entende-se a crise atual como uma crise de sobreacumulação do capital em escala mundial<sup>6</sup>, ancorada nas mudanças advindas do pós-Segunda Guerra Mundial e do fim dos acordos de Bretton Woods em 1971-73. Essa transformação histórica do sistema capitalista mundial, pela qual passa a prevalecer a lógica do capital financeiro, obviamente tem efeitos sobre o Brasil. O país não só passivamente é absorvido pelas mudanças impostas pelo sistema na sua totalidade como também tem um papel ativo de sua política econômica na mesma direção de satisfação do rentismo<sup>7</sup>.

Feitas essas breves considerações, a seguir o artigo discutirá de maneira mais detida o “imperialismo total” de Florestan Fernandes e o “pós-nacional” de Celso Furtado. A partir deste legado, discute-se a consolidação do neoliberalismo no Brasil, abordando alguns de seus principais desdobramentos na crise contemporânea.

## 2. Florestan Fernandes e o “imperialismo total”

O aumento da concorrência internacional e a expansão das filiais das empresas oligopolistas na América Latina, por meio da internacionalização produtiva<sup>8</sup>, levou as burguesias brasileiras a atuarem para garantir internamente os interesses de valorização dos capitais produtivos dessas empresas, colocando tanto o Estado quanto as empresas estatais para este fim.

Com o ingresso expressivo dos Investimentos Diretos Externos (IDEs), principalmente a partir da segunda metade da década de 1950, houve o desenvolvimento das forças produtivas, que redundou na industrialização pesada no Brasil, ao mesmo

<sup>3</sup> Ver: Cano (2012; 2014).

<sup>4</sup> Ver: Gonçalves (1999), Cap. 1 e Gonçalves (2003), Cap. 4.

<sup>5</sup> A impossibilidade de um projeto nacional fica evidente com o neoliberalismo, que percorre diferentes governos no Brasil, até mesmo os do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de Dilma Rousseff (PT), que supostamente foram entendidos como uma fase pós-neoliberal (SADER, 2013) ou representantes de uma fase novo-desenvolvimentista ou social-desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2012; CARNEIRO, 2013). Para uma análise crítica dessas interpretações, ver: Jurgenfeld e Rodrigues (2016).

<sup>6</sup> Por crise de sobreacumulação entende-se que esta é uma situação em que há um volume significativo de excesso de capital na economia, o qual não pode ser investido no setor produtivo à taxa média de lucro normalmente esperada pelos proprietários do capital. Ver: Mészáros (2009).

<sup>7</sup> O tripé macroeconômico (regime de metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante) implantado em 1999 no país e ainda em vigor é um exemplo de política econômica que favorece o rentismo, porque é a partir de juros altos que se controla a inflação, e é por meio do superávit primário que se remunera os detentores de papéis da dívida pública.

<sup>8</sup> “Essas empresas trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderam das posições de liderança – através de mecanismos financeiros, por *associação* com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios – ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus *‘policy-makers’*” (FERNANDES, 1975, p.18, grifos do autor).

tempo em que foram aprofundadas a dependência externa<sup>9</sup> e a influência imperialista. As empresas multinacionais ditavam o processo de industrialização brasileira de acordo com seus anseios e recebiam a anuência das burguesias nativas, que viam nessa associação dependente e subordinada uma grande oportunidade de fortalecer seus vínculos com essas empresas e deles também se beneficiar.

No padrão de dominação do pós-Segunda Guerra Mundial, quando o imperialismo britânico foi substituído, de fato, pelo imperialismo norte-americano, evidenciou-se o “imperialismo total”, em contraposição ao anterior (Grã-Bretanha) e que era caracterizado pelo imperialismo restrito. A partir de então, os Estados Unidos passavam a dominar significativamente o comércio, a tecnologia e os mercados latino-americanos. Essa preponderância surgiu como desdobramento da expansão das grandes empresas oligopolistas norte-americanas.

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. [...]. Esse tipo de imperialismo demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta de requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas (FERNANDES, 1975, p.18).

As empresas multinacionais passavam a operar internamente (por meio das filiais), sob comando de fora (das matrizes), realizando as alterações que potencializavam seus ganhos e sua posição privilegiada nas economias subdesenvolvidas latino-americanas<sup>10</sup>. No Brasil, a partir da industrialização pesada, qualquer possibilidade de mudança que desagradasse os interesses do “imperialismo total”, nos termos de Fernandes (2005), sofreria imediato boicote por parte deste, uma vez que nos países periféricos não poderia haver alterações que comprometessem a drenagem do excedente econômico pelas economias centrais.

Não eram todos os países da América Latina que tinham condições de receber esse padrão de industrialização pesada, visto que era necessário um enorme mercado interno e uma grande concentração de renda, pré-requisitos que o Brasil possuía. Assim, as burguesias brasileiras não mediram esforços para estabelecer as transformações pleiteadas pelo “imperialismo total” em detrimento das necessidades da Nação. Nesse período, a economia brasileira já não concorria, “apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a esse crescimento, aparecendo, daí em diante, como um de seus polos dinâmicos na periferia” (FERNANDES, 2005, p.299).

Para a completa efetivação do “imperialismo total”, o Estado brasileiro passou a dar garantias aos investimentos privados estrangeiros, dado o elevado volume de

<sup>9</sup> A dependência externa significava o acirramento do escoamento do excedente econômico para as economias centrais, para remunerar seus IDEs, por meio de remessas de lucros, dividendos, royalties, assistência técnica e administrativa e remessas de juros, assim como pelo pagamento dos encargos da dívida externa.

<sup>10</sup> “As grandes firmas e organizações das economias nacionais avançadas disputam entre si as oportunidades de alocação econômica no *mundo subdesenvolvido*, [transformando as] economias nacionais dependentes, dotadas de melhores perspectivas de autonomização em bases capitalistas, em verdadeiras economias de consumo. Isso põe fim ao mito segundo o qual a autonomização do desenvolvimento econômico capitalista seja uma função da capacidade revelada pelas economias capitalistas dependentes de absorver os modelos econômicos das nações hegemônicas” (FERNANDES, 1972, p.55-56, grifos do autor).

inversões necessário para o tipo de indústria que se consolidava (a indústria pesada), e também realizou o investimento em uma indústria de base a partir das empresas estatais, que atuavam como suporte ao capital privado, notadamente fornecendo de forma subsidiada bens e serviços estratégicos, necessários para a instalação das empresas multinacionais no país.

Outra exigência do “imperialismo total” foi uma estabilidade política nos países periféricos. A ameaça do socialismo e a Revolução Cubana poderiam influenciar nos desígnios dos países latino-americanos. No Brasil, esta estabilidade seria conseguida com o golpe civil-militar de 1964. Para o país seguir nesta direção, os Estados Unidos, principalmente, atuavam com ajuda militar, com projetos e financiamentos. Assim, a intervenção externa no país passava a ser mais direta e o comando, mais eficaz<sup>11</sup>.

Com a tomada por completo do Estado brasileiro com o golpe, as burguesias mantinham sua posição superprivilegiada nessa sociedade e continham, por meio do monopólio da violência, grande parte da população que ficava escoimada dos benefícios do desenvolvimento capitalista. Também fizeram do Estado “veículo por excelência do poder burguês”, que se instrumentalizava “através da maquinaria estatal até em matérias que não [eram] nem administrativas nem políticas”<sup>12</sup> (FERNANDES, 2005, p.312). Não à toa, as classes privilegiadas no Brasil “passaram tão rapidamente, em 1964, da automobilização social para a ação militar e política; como o Estado Nacional foi posto a serviço de fins particularistas da iniciativa privada” (FERNANDES, 2005, p.312, grifos do autor).

A partir da industrialização pesada o Brasil apresentava-se enquanto um país ainda mais dependente, cuja economia mostrava-se cada vez mais comandada pelo “imperialismo total”, em um processo de satelização, em que o desenvolvimento capitalista era “provocado na periferia pelas economias centrais e, portanto, extensa e profundamente induzido, graduado e controlado de fora” (FERNANDES, 2005, p.313).

As possibilidades de se caminhar para um capitalismo com um certo nível de autonomia se tornavam cada vez mais distantes da realidade brasileira, porque a reorganização exigida pelo capitalismo monopolista estimulava o aumento do excedente econômico gerado internamente e incrementava a apropriação do mesmo pelas empresas oligopolistas. Nessa fase,

mais que sob o capitalismo competitivo, a drenagem se faz sob a estratégia da bola de neve [...]. Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se o imperialismo total. Ele não conhece fronteiras e não tem freios. Opera a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. A norma será: ‘o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil’ (e assim por diante) só que nunca se estabelecerão as diferenças entre a economia norte-americana (ou as outras economias centrais) e a economia brasileira. Nessa situação, o industrialismo e a prosperidade capitalista virão finalmente, mas trazendo

<sup>11</sup> “As dimensões dos projetos, dos recursos materiais e humanos envolvidos, dos prazos de duração forçam as grandes corporações, e através delas os governos das nações hegemônicas e suas organizações internacionais, a colocarem em primeiro plano os requisitos políticos da transformação capitalista da periferia. ‘Sem estabilidade política não há *cooperação econômica*’, eis a nova norma ideal do comportamento econômico ‘racional’, que se impõe de fora para dentro, exigindo das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas que ponham a ‘casa em ordem’, para que pudessem contar com a viabilidade do ‘desenvolvimento por associação’” (FERNANDES, 2005, p.297-298, grifos do autor).

<sup>12</sup> “O Estado transforma-se em instrumento de defesa e de suporte incondicional da iniciativa privada. Cabendo-lhe não apenas compensar as debilidades que comprometessem a capacidade de a iniciativa privada incorporar as transformações econômicas difundidas do centro mas também arbitrar os ajustes internos necessários para viabilizar a convivência entre o ‘moderno’ e o ‘atrasado’” (SAMPAIO JR., 1999, p.151, grifos do autor).

consigo uma forma de articulação econômica às nações capitalistas hegemônicas e ao mercado capitalista mundial que jamais poderá ser destruída, mantidas as atuais condições, dentro e através do capitalismo (FERNANDES, 2005, p.319-320, grifos do autor).

Para as burguesias brasileiras, a associação subordinada e dependente proporcionava benefícios e vantagens desde econômicas a políticas, motivos pelos quais aderiu incontestemente às orientações do “imperialismo total” e promoveu uma forma excludente de organização da sociedade. Para garantir a exclusividade do poder político e econômico, buscava se fortalecer a partir de uma contrarrevolução, isto é, “uma revolução dinamizada por burguesias que dispõem de um espaço histórico tão reduzido de autoafirmação, de autoprivilegiamento e de autodefesa, que precisavam recorrer reiteradamente a formas tirânicas de dominação de classe e de organização do Estado” (FERNANDES, 1980, p.63).

As burguesias brasileiras procediam, assim, de maneira “pró-imperialista”, não impondo restrições à dominação externa. Ao contrário disso, criavam as condições para que ela se operacionalizasse e se intensificasse, mantendo, inclusive, formas de produção arcaicas. Esse tipo de industrialização mantinha a heterogeneidade da estrutura produtiva do capitalismo dependente brasileiro e funcionava como um “colchão amortecedor” para as burguesias em momentos de crise no mercado internacional<sup>13</sup>. Nesse contexto, acirrava-se a exploração e a segregação social<sup>14</sup>.

Com o golpe civil-militar de 1964, as burguesias utilizavam a tecnocracia e, com o apoio dos militares, coroavam sua contrarrevolução que “bloqueou a passagem, em processo, de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada” (FERNANDES, 1980, p.118).

A militarização e a tecnocratização se transformavam, assim, nos instrumentos da dominação burguesa. As burguesias brasileiras puderam, dessa forma, se apropriar do Estado com uma intensidade que não conseguiriam por meio de um Estado democrático-burguês. Elas se aproveitavam dos momentos mais intensos de conflitos sociais para capitanear, em benefício próprio, mudanças que as fortaleciam e que levavam cada vez mais a sociedade para uma dominação autoritária, impedindo “a emergência do povo no cenário político” (SAMPAIO JR., 1999, p.144). Com o Estado autoritário as burguesias conquistavam

as condições mais vantajosas possíveis: 1o) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2o) para reprimir,

<sup>13</sup> A combinação do atraso com o moderno, ou seja, a conciliação de diferentes estágios do processo produtivo no capitalismo subdesenvolvido, funcionou, logo, como uma função estabilizadora da economia brasileira, que não podia ser superada por suas burguesias, uma vez que isso as levaria à crônica instabilidade do cálculo capitalista. A heterogeneidade estrutural era “o único meio de contrabalançar a extrema instabilidade do capitalismo dependente e [de] lhe dar um mínimo de estabilidade” (SAMPAIO JR., 1999, p.136).

<sup>14</sup> “As técnicas de produção anacrônicas e a conglomeração de formas produtivas heterogêneas representam, em si mesmas, um meio de defesa do ‘produtor’ (ou seja, do agente econômico que detém a propriedade das unidades produtivas e dos bens exportados). Conforme as condições, a combinação de modalidades de economia de subsistência com a produção para exportar pode constituir um mecanismo de transferência de pressões para os ombros do trabalhador. Nesse esquema, o proprietário-exportador consegue enfrentar fortes processos de descapitalização da ‘empresa’, do setor e até longas depressões da economia interna, em relativa segurança e com riscos limitados. [...] A articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – por bases anticapitalistas, semi-capitalistas ou capitalistas” (FERNANDES, 1972, p.51-52, grifos do autor).

pela violência, ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma “revolução democrático-burguesa”); 3o) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político (FERNANDES, 2005, p.255, grifos do autor).

As “classes possuidoras”<sup>15</sup> no país eliminavam suas divergências em defesa do golpe por conta da união em torno da proteção da “propriedade privada” e da “iniciativa privada”<sup>16</sup>. O regime autoritário permitia “a imposição de uma tirania das classes possuidoras que se reconhecia como tal, ainda que justificasse ‘revolucionariamente’ a ditadura da minoria através de mistificações, como a ‘defesa da ordem’, a ‘proteção do regime democrático’, o ‘resguardo da civilização ocidental e da fé cristã’ etc.” (FERNANDES, 1980, p.118-119). O coroamento da contrarrevolução tinha como objetivos:

1.º) o controle dessa periferia pelas nações capitalistas hegemônicas e por sua superpotência; 2.º) a estabilidade política exigida pelas multinacionais (ou as grandes corporações) para operar em escala mundial e para crescer nas nações capitalistas dependentes “estratégicas”; 3.º) os setores hegemônicos das classes possuidoras nestas nações, como e enquanto uma comunidade “nacional” de negócios, como empresários associados ao imperialismo ou como os “quadros” administrativos e políticos do Estado (FERNANDES, 1980, p.120).

Se a classe dominante brasileira teve como característica intrínseca, por um lado, ser subserviente e impotente perante os interesses das empresas oligopolistas no país, por outro lado, foi imponente e implacável com grande parte da população que não fazia parte de seu circuito fechado, que fora eleita inimiga principal e que teve reduzido seu espaço de reivindicação e participação nos destinos da sociedade brasileira<sup>17</sup>. A força das burguesias brasileiras vinha de sua fraqueza externa, da sua associação, por isso elas não podiam ser contra os interesses do capital internacional. Nesse sentido, essas burguesias não tinham como vacilar, não permitindo à classe trabalhadora sua ascensão nas decisões internas. A dominação no país era instável e suscetível a crises. Tal situação evidenciou-se pelo desfecho da revolução burguesa no Brasil.

A principal debilidade da revolução burguesa atrasada reside no fraco espírito revolucionário das burguesias que a lideram [...]. A revolução burguesa torna-se, assim, um processo eminentemente político. A economia dependente só assimila as transformações capitalistas que são compatíveis com a perpetuação do ultraprivilégio econômico, sociocultural e político das classes dominantes (SAMPAIO JR., 1999, p.159-160).

As burguesias brasileiras se caracterizavam por ser uma burguesia compósita. Elas se desenvolveram e se sedimentaram com o senhor de engenho, com o senhor de

<sup>15</sup> “Na verdade, a contrarrevolução só foi possível porque as classes possuidoras, através de seus setores dirigentes e de suas elites econômicas, políticas, culturais, militares, judiciárias e policiais (e em certo sentido também religiosas), revelaram-se capazes de unificar socialmente o seu espaço político, engendrando o equivalente político de uma *união sagrada* dos interesses comuns das classes possuidoras” (FERNANDES, 1980, p.118, grifos do autor).

<sup>16</sup> “A ameaça – real ou potencial – de uma insurreição dos condenados do sistema obriga os donos do poder a passar por cima de suas diferenças e a cerrar fileiras contra o inimigo comum: as classes subalternas” (SAMPAIO JR., 1999, p.149).

<sup>17</sup> “Para Florestan Fernandes, o problema central das economias dependentes é que o processo de modernização fica à mercê de burguesias impotentes para superar a situação de subordinação externa e onipotentes para impor unilateralmente a sua vontade ao conjunto da população. Nesse sentido, o desenvolvimento dependente aparece como o produto de burguesias incapazes de levar às últimas consequências as utopias de que são portadoras: a revolução nacional e a revolução democrática” (SAMPAIO JR., 1999, p.143-144).

escravo, nunca se antagonizando. A lógica era se amalgamar. Na fase da industrialização pesada, evidenciou-se como uma burguesia daquele momento, mas sem abrir mão de seu passado, de seu ventre mercantil.

Para as classes “altas” e “médias”, as grandes beneficiárias desse processo, formou-se um Estado disposto a barganhar para favorecer seus anseios, promover políticas de planejamento econômico com o falso argumento de beneficiar a população como um todo ou de levar o país a um capitalismo com certa autonomia. Como as burguesias não queriam abrir mão de seus privilégios, o Estado só pôde constituir-se enquanto um Estado autoritário, restrito e mantenedor desse tipo de status quo.

A tomada do Estado e o uso das empresas estatais no processo de industrialização não significaram que o país estivesse caminhando para um capitalismo autodeterminado. Como acertadamente mostrado por Fernandes (2005), o país cada vez mais se direcionava para a intensificação da dupla articulação – dependência externa e desenvolvimento desigual –, mesmo em períodos de crescimento econômico expressivo, que foram necessários para essas burguesias brasileiras se legitimarem. O crescimento permitia que uma parcela da população excluída conseguisse alguma inserção no mercado de trabalho, situação que amenizava as mazelas sociais, sem nenhuma mudança estrutural<sup>18</sup>. Assim, as possibilidades de uma mudança “dentro” ou mesmo “fora da ordem” diminuía e o “imperialismo total” convertia “os dinamismos de crescimento da economia capitalista satélite em fonte de transferência para fora de seu próprio excedente econômico” (FERNANDES, 1972, p.55). Como desdobramento,

A dominação imperialista externa cresce (e não diminui, como se esperava) com a diferenciação e a aceleração do desenvolvimento capitalista; e, ao mesmo tempo, ela se redefine e se fortalece, agora, a partir de dentro, utilizando a base material quase inexpugnável que alcançara na organização do sistema econômico e manipulando as probabilidades de decisões inerentes à sua própria posição institucional (FERNANDES, 2005, p.291).

No capitalismo brasileiro, portanto, o passado se renovava e impedia o futuro. Apesar de sempre reivindicar o futuro, a história do país se reciclava sem romper com o passado. O Estado se caracterizava enquanto um Estado particular para reproduzir o capitalismo de forma dependente, perpetuando a heteronomia e não assumindo um caráter nacionalista, a não ser um nacionalismo de fachada. O nacionalismo burguês no Brasil se evidenciava enquanto uma farsa, contudo, funcionava como um instrumento de dominação.

O diagnóstico a partir de Fernandes (1972; 1975; 2005) sobre as características das burguesias brasileiras permite uma análise das mudanças ocorridas nas políticas econômicas introduzidas no país, principalmente a partir da industrialização pesada. De maneira geral, a sua interpretação não cria a ilusão de que essas medidas se direcionavam para a construção do país enquanto uma Nação e que a ampliação das empresas estatais que aumentavam o poder de intervenção do Estado na economia estivesse se direcionando para a consolidação de um capitalismo autodeterminado ou para a homogeneização das estruturas produtivas. Pelo contrário, cada vez mais se exacerbava a dependência externa.

---

<sup>18</sup> “Mesmo quando o ritmo de modernização é intenso, as estruturas fundamentais da sociedade colonial não desaparecem [...]. Como as burguesias dependentes não abrem mão de privilégios exacerbados, os esforços para combater as desigualdades sociais não podem avançar até o ponto em que a alteração na correlação de forças ameace a absoluta supremacia das classes dominantes sobre a sociedade. Por este motivo, Florestan Fernandes adverte que, ainda que o crescimento econômico seja um elemento estratégico do padrão de dominação, pois alimenta ilusões de melhor classificação social, ele não pode ser considerado uma solução para os problemas gerados pela dependência” (SAMPAIO JR., 1999, p.154).

### 3. Celso Furtado e o “pós-nacional”

Celso Furtado utiliza o termo “pós-nacional” para caracterizar uma impossibilidade de coordenação por parte do Estado Nacional tanto em relação aos meios (racionalidade instrumental) quanto aos fins (racionalidade substantiva) do desenvolvimento econômico<sup>19</sup>. Isso porque as transformações estruturais da economia capitalista – o aumento do poder das grandes corporações mundiais pela aceleração dos processos de concentração e centralização de capitais – a partir do pós-Segunda Guerra Mundial reduzem a eficácia dos sistemas de decisão representados pelos Estados Nacionais (FURTADO, 1981).

A partir da lógica de acumulação das transnacionais, pode-se dizer que o espaço deixa de ser nacional para ser plurinacional. Há a repartição da produção cada vez mais flexível<sup>20</sup> em diferentes países e essas empresas removem as barreiras existentes para o fluxo de capitais (produtivo e financeiro) entre as Nações. Entre os objetivos estratégicos que direcionam a maximização de lucro por essas empresas estão: 1) a busca de eficiência, o que significa dar ênfase à tecnologia intensiva em capital; 2) a procura de matérias-primas para abrir ao exterior o setor produtivo de minerais e combustíveis; e 3) a abertura dos mercados financeiros, das telecomunicações, da eletricidade e da distribuição de gás (FURTADO, 1977).

O Estado Nacional, que na visão de Furtado deveria ter papel central no desenvolvimento socioeconômico da Nação, direcionando os meios e os fins, com as transformações do pós-guerra tem reduzido seu grau de arbítrio tanto no campo político quanto econômico, já que há uma dimensão transnacional do capitalismo que agora dita as regras<sup>21</sup>. Isso se traduz no fato de que o período “pós-nacional” é marcado pelo aumento dos processos de integração das economias centrais e periféricas; pela criação de uma superestrutura política internacional – com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, hoje Organização Mundial do Comércio) –, que dá condições para que as transnacionais desfrutem de liberdade no sistema mundial, pois há o “desarmamento tarifário [e o] reforçamento da posição

<sup>19</sup> Por racionalidade instrumental, pode-se entender basicamente o padrão de acumulação, que tipo de técnica é necessária para uma sociedade avançar, se há um processo de acumulação forte ou fraco. Por racionalidade substantiva pode-se entender qual é o seu fim. Para Furtado (1981, p.56), “os dois eixos em que se desdobra o processo acumulativo se subordinam, um, à racionalidade instrumental, aos critérios de eficiência, e o outro à racionalidade substantiva, aos fins que se propõe o homem individual e/ou coletivamente. Contudo não se deve perder de vista que o processo acumulativo é um só e que, tanto ao nível dos meios como dos fins da vida social, ele bebe na mesma fonte que é a criatividade”.

<sup>20</sup> Nas palavras de Harvey (1998, p.140), “a acumulação flexível como vou chamá-la é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado”.

<sup>21</sup> Furtado (1977) explica que essa dimensão transnacional significa que a “nova dimensão” da economia capitalista estava surgindo, principalmente, fora do controle direto dos governos.

internacional do dólar (base do crescente mercado financeiro internacional)”<sup>22</sup> (FURTADO, 1977, p.80).

O “pós-nacional” ganha novos contornos especialmente a partir de 1971-73, com o rompimento dos acordos de Bretton Woods, fruto da crise de sobreacumulação do capitalismo, e com o primeiro choque do petróleo em 1973. A ruptura dos acordos de Bretton Woods resulta no fim do lastro dólar-ouro, permitindo assim que o dólar atuasse como moeda fiduciária e flexível, aumentando a liquidez internacional e fomentando a expansão de bancos e grandes corporações mundiais, principalmente por meio do euromercado. O primeiro choque do petróleo, por sua vez, possibilita aos Estados Unidos ampliarem a liquidez internacional com a reciclagem de petrodólares e com isso iniciar um grande endividamento da periferia, que recorre à abundância de oferta de crédito externo a taxas de juros variáveis atrativas, dando força à exacerbação do capitalismo financeiro mundial. Esse contexto específico do petróleo, com a reciclagem de petrodólares, nas palavras de Furtado (1992, p.68),

permitiu a um grupo de países sem capacidade para absorver grandes recursos financeiros acumular de maneira precipitada enormes reservas sob a forma de certificados de depósito em bancos internacionais. O desequilíbrio provocado nas contas externas dos países cênicos – quase todos eles grandes importadores de petróleo – levou-os a buscar por todos os meios o aumento de suas exportações. O esforço de abertura adicional das economias industriais, realizado em seguida à comoção do aumento do preço do petróleo, teve como contrapartida o incremento das importações dos países periféricos, assim como uma transformação do excesso de liquidez dos bancos internacionais em créditos sobre esses países. As economias subdesenvolvidas, que lutavam tradicionalmente com grande escassez de capital, encontraram-se repentinamente em face de uma oferta completamente elástica de recursos financeiros no mercado internacional a taxas de juros negativas. A conjunção de uma oferta de capitais sem restrições no plano internacional e do empenho dos países cênicos em corrigir o desequilíbrio de suas contas externas – provocado pela brusca elevação dos preços do petróleo – explica a rápida acumulação de dívida externa por países que buscavam meios para intensificar seu crescimento ou simplesmente para elevar o nível de seus gastos.

O alto endividamento externo da periferia capitalista latino-americana e seu descontrole, provocado pelo aumento da taxa de juros dos Estados Unidos a partir de 1979, será entendido por Furtado (1983), no caso do Brasil, como uma “nova dependência”<sup>23</sup>.

É neste momento também que há uma forte atuação do FMI na América Latina, que impõe seu receituário para uma suposta saída da crise, diminuindo ainda mais a margem de manobra da política econômica dos Estados Nacionais. Esta fase representou a exacerbação das disparidades e das injustiças sociais porque o poder de controle, coordenação e atuação do Estado foi transferido para as multinacionais. Nas palavras de Furtado (1981, p.153), reduziu-se “a eficácia dos sistemas de decisão representados pelos estados nacionais”. E, neste sentido, reproduziu-se a divisão entre subdesenvolvimento e desenvolvimento:

<sup>22</sup> O FMI e o GATT foram criados no pós-Segunda Guerra Mundial para “ordenar” a economia internacional. O FMI operou principalmente como “um instrumento de controle, a serviço dos Estados Unidos” e tanto o FMI quanto o GATT foram “instrumentais na criação das condições que permitiram a emergência da nova dimensão transnacional do capitalismo” (FURTADO, 1977, p.80).

<sup>23</sup> Ver: Furtado (1983).

[...] a esfera econômica tende a ser crescentemente dominada pelas empresas internacionalizadas, as quais balizarão o espaço a ser ocupado por atividades de âmbito local e/ou informais. A importância relativa destas últimas definirá o grau de subdesenvolvimento de cada região: áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas estarão assim estruturalmente imbricadas numa compartimentação do espaço político que cristaliza as desigualdades sociais [...]. Na dinâmica desse sistema, prevalecem as forças tendentes a reproduzir a atual clivagem desenvolvimento/subdesenvolvimento (FURTADO, 1998, p.38).

Uma base importante para entender os desdobramentos do “pós-nacional” no Brasil é a forma como se deu a industrialização no país. No quadro da industrialização dependente brasileira, de acordo com Furtado (1978; 2003), há uma inversão do que comumente ocorreu nos países centrais, quando estes iniciaram seu processo de industrialização. Ele mostra que o fator determinante da tecnologia utilizada no país será o grau de diversificação da demanda gerada por um restrito grupo que teve acesso indireto à civilização industrial. Isto é, aquilo que será produzido no Brasil pelo seu limitado setor industrial se iniciará pelas determinações de padrões de consumo do centro, que somente uma restrita camada da população periférica passará a demandar. O processo de industrialização, neste caso, se torna um esforço de adaptação a uma demanda sofisticada, se desvinculando da estrutura social e produtiva pré-existentes no país e não revolucionando tal estrutura no sentido do desenvolvimento nacional. Isso resulta em um sistema produtivo industrial com fraca capacidade de geração direta de emprego, que permanece estruturalmente ligado às economias mais avançadas, aos padrões de consumo vindos de fora e cujos vínculos de dependência tendem a se reproduzir.

A industrialização dependente brasileira, na visão furtadiana, representa um processo de aliança entre elites locais com forâneas, que se uniram por meio de uma “pilhagem” dos recursos naturais. Isso fez e ainda faz com que o excedente social e econômico da periferia permaneça em sua quase totalidade no exterior, ocorrendo uma difusão da industrialização de forma lenta ou totalmente frustrada nos países subdesenvolvidos. Isto significa que há em países como o Brasil uma diversificação da produção industrial, mas com graves limites aos efeitos benéficos dessa industrialização para o todo da sociedade.

No pós-Segunda Guerra Mundial, com atuação das transnacionais no país, a industrialização assumirá a dupla forma de uma mera diferenciação do sistema produtivo e de implantação de empresas, cujo centro de decisões estaria no exterior. Assim, à medida que avançava o processo de industrialização na periferia, mais estreito tendia a ser o controle do aparelho produtivo pelas firmas estrangeiras. A dependência, antes limitada à imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, a partir de então se enraizava no sistema produtivo, através das subsidiárias das empresas transnacionais instaladas no país.

Outros elementos importantes para se entender o “pós-nacional” de Furtado foram as reformas da ditadura militar, consubstanciadas, inicialmente, no PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo)<sup>24</sup>. Elas representaram os primeiros passos para que institucionalmente avançasse a Reforma Financeira no país. E, em síntese, foram após essas reformas, que ocorreu o aumento do endividamento externo e que,

<sup>24</sup> Entre as mudanças trazidas pelo PAEG podem ser citadas a introdução de títulos públicos, como as ORTN e LTN, a instituição da correção monetária e a criação dos bancos de investimentos, além da integração do sistema bancário brasileiro ao sistema bancário internacional. Ver mais sobre PAEG em: Furtado (1983), cap. 1.

com a alta dos juros nos Estados Unidos em 1979, levou a efeitos perversos sobre os países subdesenvolvidos, que se depararam com a crise da dívida externa, como anteriormente discutido. Durante a década de 80, o Brasil direcionou a sua economia prioritariamente ao pagamento dos juros da dívida externa. Não decretou moratória e decidiu pagar os elevados juros, inclusive, com o Estado assumindo boa parte da dívida externa privada<sup>25</sup>. Renuncia-se a partir deste período a qualquer política econômica que tivesse como meta a industrialização, mesmo que dependente, como ocorria em momentos anteriores. Pode-se dizer que também é abandonada pelo Estado a temática do desenvolvimento nacional.

#### **4. Florestan Fernandes e Celso Furtado: aspectos contemporâneos da crise brasileira**

As interpretações até aqui expostas de Florestan Fernandes e Celso Furtado trazem aspectos históricos-estruturais em comum na análise da economia brasileira, como: 1) exacerbação da dependência externa do Brasil, mesmo após a industrialização, uma vez que esta se fez a partir de uma maior concentração de renda e ancorada nos interesses das empresas transnacionais; 2) ausência de um projeto nacional, a partir de burguesias nacionais de fato e de um Estado promotor e articulador dos meios e dos fins do desenvolvimento, situação que se faz presente historicamente no Brasil e que fica mais evidente após os anos 60, tanto pelas mudanças mundiais preconizadas pelo pós-Segunda Guerra Mundial quanto pelas transformações internas dadas pelo golpe civil-militar de 1964; 3) redução da autonomia do Estado no sentido de este poder realizar política econômica em prol do desenvolvimento da Nação, especialmente a partir da crise da dívida externa na década de 1980, pela qual fica clara a opção por alimentar o circuito do capital financeiro, especialmente nos anos 1990; e 4) continuidade do desenvolvimento desigual interno e da heterogeneidade estrutural.

Essas questões se reforçam a partir do neoliberalismo no Brasil tanto na sua fase de implementação, com a abertura produtiva, comercial e financeira no fim dos anos 80, quanto no período compreendido a partir de 1999, quando ocorre uma segunda fase, ainda mais severa do neoliberalismo, com a implantação do chamado tripé macroeconômico (regime de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário). Neste momento, tornam-se evidentes problemas como: avanço da desindustrialização relativa, com perda de importância da indústria para o crescimento do país; aumento da vulnerabilidade externa, a partir do recrudescimento da dependência do capital estrangeiro de curto prazo para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos; e uma política macroeconômica voltada ao interesse rentista. Esses problemas em conjunto demonstram quão mais distante o país ficou de uma política de desenvolvimento nacional.

Parte-se aqui do argumento de que o neoliberalismo no Brasil representa um aprofundamento daquilo que Florestan Fernandes e Celso Furtado apontaram como dependência externa; diminuição de autonomia; desenvolvimento desigual interno; e

---

<sup>25</sup> Como exemplo desse processo, há a resolução 432 do Conselho Monetário Nacional, de 1977, por meio da qual, “qualquer devedor ao exterior poderia, a qualquer tempo, transferir ao Banco Central, em caráter temporário ou definitivo, o remanescente de sua dívida nas condições contratadas, desde que nele depositasse os cruzeiros correspondentes ao principal da obrigação na data. Foi o sinal para a estatização crescente da dívida privada, a um custo em dólares para o Banco Central equivalente ao *spread* arbitrado pelo credor e aceito pelo devedor originais – não raro, matriz externa e subsidiária interna de um mesmo banco, ou vice-versa” (TAVARES; ASSIS, 1985, p.70-71).

heterogeneidade estrutural, configurando as impossibilidades de um projeto de desenvolvimento nacional.

Para se entender o neoliberalismo no Brasil e suas conexões com as interpretações do “imperialismo total”, de Fernandes, e do “pós-nacional”, de Furtado, será necessário um retorno a alguns aspectos-chave do início dos anos 1980, para que então ser realizada a discussão dos anos 1990, período permeado pela abertura econômica, Plano Real, privatizações e implantação do tripé macroeconômico em 1999.

#### 4.1. O Neoliberalismo no Brasil

Com a crise da dívida externa no começo dos anos 1980, fruto da elevação da taxa de juros norte-americana, os países da América Latina, como o Brasil, que haviam se endividado significativamente na década anterior, voltam suas economias para o pagamento dessa dívida, por meio de geração de superávits comerciais.

A situação se agrava em setembro de 1982 com o pedido de moratória do governo mexicano. Os bancos privados reagem inviabilizando créditos novos aos países devedores. Estes foram direcionados para regiões onde a segurança era maior, apesar das taxas de juros serem menores. Nessas condições, o FMI atuaria nos países devedores da América Latina no sentido de garantir que estes honrassem seus compromissos com os credores internacionais.

A partir de 1983, o governo promoveu o “ajuste voluntário” e assinou cartas-compromissos com o FMI, em que o Fundo aplicava suas orientações e auditava as contas brasileiras para saber se o país estava ou não cumprindo com o que fora acordado, cujo objeto último era garantir o pagamento da dívida externa.

As cartas de intenções do FMI propunham, de um lado, aumentar a liberalização da economia, diminuir o protecionismo e subsídios, reduzir a presença do setor público, promover privatizações e eliminar distorções no câmbio; de outro, para conter a inflação, o aumento do salário dos trabalhadores deveria ocorrer abaixo da inflação, para eliminar o excesso de demanda, além de medidas econômicas recessivas para conter a expansão do mercado interno (SAMPAIO JR., 1988).

O FMI vai orientar a política econômica nacional no sentido de promover medidas que caminhassem em direção às reformas neoliberais, que alguns países vinham adotando, como a Inglaterra e os Estados Unidos, alterando as políticas econômicas nesses últimos países de orientação keynesiana desde o pós-Segunda Guerra Mundial<sup>26</sup>. Na América Latina, o Chile, após o golpe de 1973, é o pioneiro em introduzir as reformas neoliberais<sup>27</sup>.

Para conseguir os saldos necessários por meio da balança comercial a fim de administrar os serviços da dívida remunerando os juros e as amortizações, o Brasil

<sup>26</sup> Conforme Chesnais (1995, p.19), “as grandes operadoras financeiras procuram recuperar a total liberdade de movimentos que haviam perdido nos anos 30 e 40. Procuravam influenciar neste sentido sobre os governos mais dispostos a satisfazê-las, obtendo assim do governo Thatcher a liberalização total dos movimentos de capital em 1979 [...], bem como, do governo norte-americano (desde a era Carter), um amplo conjunto de medidas de desregulamentação, de desintermediação e de descompartmentação monetárias e financeiras”.

<sup>27</sup> “O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos” (ANDERSON, 2008, p.19).

passou a adotar uma política econômica voltada para a sistemática transferência de recursos líquidos reais ao exterior<sup>28</sup>.

Os ajustes da economia brasileira ao longo da década de 1980 vão facilitar as reformas pautadas no Consenso de Washington. Nesse “Consenso”, a competência do Estado foi significativamente questionada e passou-se a admitir a falência do mesmo, visto como incapaz de formular políticas macroeconômicas. Conseqüentemente, seria necessário transferir essa grande responsabilidade a organismos internacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial, além de promover a privatização das empresas estatais (BATISTA, 1994).

As alterações na política econômica dos Estados Unidos forçavam os países periféricos a acelerar as reformas neoliberais. Tais mudanças ocorreram, de acordo com Tavares e Melin (1997, p.61, grifos dos autores), quando os Estados Unidos baixam unilateralmente a taxa de juros de 20% “para 4,5% no mercado monetário de Nova Iorque, [assim] verifica-se uma aceleração do crescimento e da globalização dos mercados futuros de juros e câmbio, com a saída de fundos de pensão norte-americanos em busca dos chamados 'mercados emergentes' da Ásia e América Latina”.

Nesse movimento, os países da América Latina teriam que se ajustar para receber esses capitais financeiros e remunerá-los<sup>29</sup>. Para tanto, foi proposta a renegociação da dívida externa, sua substituição pelo Plano Brady. Acompanhada dessa renegociação, veio a imposição do Consenso de Washington, como explicitado anteriormente.

Em 1989, quando Fernando Collor de Mello com seu discurso de comprometimento com a política neoliberal derrotou Luiz Inácio Lula da Silva, inicia-se a “introdução oficial”<sup>30</sup> do neoliberalismo no país.

O programa apresentado, consubstanciado no chamado Plano Collor, pela primeira vez não se resumia – quando comparado aos outros planos de estabilização heterodoxos – simplesmente ao combate à inflação; era um programa de reformas estruturais do Estado e das relações deste com o setor privado e do capital com o trabalho, nos moldes da doutrina neoliberal: privatização, abertura comercial e financeira e ataque aos direitos sociais e trabalhistas – com a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho e das relações trabalhistas (FILGUEIRAS, 2005, p.11).

Após o impeachment de Fernando Collor de Mello<sup>31</sup>, seu vice Itamar Franco assumiu a presidência, e Fernando Henrique Cardoso (FHC), o ministério da Fazenda.

<sup>28</sup> De acordo com Batista (1994, p. 16), as transferências da América Latina alcançaram, “entre 1982 e 1991, US\$ 195 bilhões, quase o dobro, em valores atualizados, do que os Estados Unidos concederam, como doação, à Europa Ocidental entre 1948 e 1952, sob o Plano Marshall”.

<sup>29</sup> “A periferia se transforma em campo de aplicação dos capitais especulativos [...]. Ainda, no caso da América Latina, a modernização proposta pelos Estados Unidos – através dos organismos multilaterais manejados pela potência hegemônica – implica transformar o continente num mercado cativo para as exportações americanas e num território de expansão para os seus capitais, concentrados, em geral, nas privatizações dos serviços de utilidade pública. Além disso, a capacidade fiscal do Estado vem se enfraquecendo sob o peso crescente do dispêndio com juros” (MELLO, 1997, p.162).

<sup>30</sup> Utiliza-se o termo “introdução oficial” como forma de distingui-lo de uma introdução anterior do neoliberalismo no Brasil, não oficializada, mas que é evidenciada pelos ajustes que as empresas estatais no país sofreram no início da década de 1980, por meio da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), subordinada à Secretaria de Planejamento Econômico sob comando de Delfim Netto. Ver: Rodrigues (2017).

<sup>31</sup> “O Governo Collor, aos poucos, foi perdendo o apoio das classes dominantes. Para isso, foi fatal o fracasso de sua estratégia de estabilização dos preços – que desembocou numa recessão econômica brutal, com a redução do PIB em 4% em 1990 e taxas de desemprego recordes, que praticamente dobraram entre

Ainda enquanto ministro da Fazenda, FHC foi responsável pela conclusão da renegociação da dívida externa brasileira, iniciada no governo Collor e intitulada Plano Brady<sup>32</sup>. Além de atender os interesses dos credores internacionais, com essa renegociação FHC demonstrou para a comunidade internacional que nele podia confiar e que deveria apoiá-lo na disputa presidencial.

Em 1994, o então ministro da Fazenda anunciou um plano de estabilidade monetária, o Plano Real. Este atendia às demandas internacionais, uma vez que o afluxo de capital financeiro que começara a emergir principalmente no início da década de 1990 exigia desregulamentação financeira e estabilidade econômica, para continuar seu movimento aos países periféricos,

Destarte, um programa de estabilização macroeconômica era condição essencial para a elevação da entrada de capitais no mercado financeiro, principalmente para aquisição de títulos da dívida pública. Essa entrada de capital seria a grande responsável por fechar o Balanço de Pagamentos dos países tidos como “emergentes”. Não seria mais necessário manter um saldo positivo significativo na Balança Comercial como ocorrera na década de 1980.

O Plano Real foi um programa de estabilização apresentado em 7 de dezembro de 1993. Ele foi implementado em três fases, sendo a última em 1º de julho de 1994, com a introdução do Real enquanto moeda oficial<sup>33</sup>.

Para manter a estabilidade da nova moeda, o governo adotou uma taxa de juros elevada a fim de atrair o capital financeiro, pois com a adoção da taxa cambial fixa<sup>34</sup> há a necessidade de intervir no mercado ofertando dólares sempre que se aventa a possibilidade de desvalorização da moeda<sup>35</sup>.

A política econômica promoveu um aumento considerável da dívida pública, em função da excessiva emissão de títulos e da extraordinária taxa de juros. “O estoque de títulos públicos sob responsabilidade da União saltou de R\$ 62 bilhões no final de 1994

1989 e 1992. Some-se a isso, a sua incapacidade (congenita) em arbitrar os distintos interesses das diversas frações do capital” (FILGUEIRAS, 2005, p.12).

<sup>32</sup> Apesar da retórica de que com a renegociação dessa dívida, a mesma seria diminuída, o que se constata é o contrário. De acordo com Carcanholo (2003, p.50), “o crescimento da dívida externa nos anos 90 é nítido, passando de um total de US\$ 115,5 bilhões em 1989 para US\$ 241,2 bilhões dez anos depois, um aumento de quase 109% na década. Os gastos com o serviço dessa dívida também mostraram um crescimento considerável de US\$ 24 bilhões no final da década de 80 para US\$ 62,8 bilhões ao término da década passada. Deve-se ressaltar, entretanto, que o serviço da dívida externa experimentou certo recuo no início da década de 90, muito por causa da renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady encerrada em 1994. A partir desse momento, a trajetória de crescimento do serviço da dívida acompanhou a elevação do endividamento do país”.

<sup>33</sup> Na tentativa de conter a memória inflacionária, o Plano Real foi implementado em 3 fases, a saber: em primeiro lugar, o governo adotou um Programa de Ação Imediata, o PAI, que foi um mecanismo de equilíbrio orçamentário, pois o governo, com o fim da inflação, teria dificuldades em fechar suas contas e criou o FSE (Fundo Social de Emergência) e a IPMF (Imposto Sobre Movimentação Financeira), sendo o FSE o responsável justamente de tirar recursos da área social, garantido pela constituição de 1988, para o governo manejar da maneira que quiser. A segunda fase consistiria na criação de um mecanismo original de transição, um índice único e obrigatório de indexação que restituiria a função de unidade de conta da moeda, assim criou-se a URV. A terceira fase seria responsável pela restauração das duas outras funções da moeda, ou seja, a de servir como meio de troca e reserva de valor, assim ocorreria a transformação da URV em Real (OLIVEIRA, 1996). Ver também: Filgueiras (2006a).

<sup>34</sup> Essa taxa de câmbio apesar de fixa era assimétrica, uma vez que a nova moeda não poderia ultrapassar o valor de um dólar, entretanto, não havia um limite para a valorização do real.

<sup>35</sup> “No primeiro governo, com a implementação do Plano Real, a lógica de valorização e a política econômica do capital financeiro se impuseram de forma cabal – com a estabilização monetária apoiada na valorização cambial e em taxas de juros elevadas, acompanhadas de desregulamentação e abertura comercial e financeira, privatização e desregulação do mercado de trabalho –, dando continuidade ao programa de Collor” (FILGUEIRAS, 2005, p.13-14).

para um patamar superior a R\$ 674 bilhões em agosto de 2002” (SAMPAIO JR., 2005, p.299).

Além do endividamento público, houve também o endividamento externo, uma vez que o governo foi obrigado a contrair empréstimos através de pacotes do FMI, principalmente quando havia algum abalo na Bolsa de Valores dos países periféricos e o especulador em títulos públicos ameaçava sair desse mercado<sup>36</sup>.

Após a introdução do Plano Real, houve uma “nova armadilha” para o crescimento econômico: à medida que a economia crescia, cresceriam ainda mais os déficits comercial e de transações correntes. Em 1995, a Balança Comercial começou a ficar deficitária, em função da moeda sobrevalorizada e da abertura comercial<sup>37</sup>. Com a perda do superávit comercial, “todas as contas que compõem a balança de transações correntes tornaram-se negativas – à exceção das transferências unilaterais –, fazendo crescer rapidamente o déficit em transações correntes para valores próximos a 5% do PIB” (CARNEIRO, 2002, p.386).

Complementando as reformas propostas pelo Consenso de Washington, o presidente FHC promoveu as privatizações<sup>38</sup>, as quais objetivavam destinar ao capital privado empresas lucrativas a baixo custo, muitas vezes modernizadas, além disso, financiadas pelo próprio Estado com juros baixos, por meio de bancos de fomento, como o BNDES, que fora autorizado, em maio de 1997, a conceder empréstimos a grupos estrangeiros.

O discurso corrente era o de que a crise da década de 1980 teria ocorrido, em grande medida, devido ao excesso de participação do Estado na economia e a solução estaria na “redução da presença do Estado, a redução dos gastos públicos, e a passagem de toda atividade econômica estatal para o setor privado: Estado mínimo e mercado livre” (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p.29).

Apesar da justificativa de que as privatizações ajudariam o governo a diminuir o endividamento público, o que se observa é que os gastos para modernizar essas empresas, antes de privatizá-las, muitas vezes foram maiores do que as receitas com suas vendas<sup>39</sup>. Os estudos de Biondi (2001) mostraram que o dinheiro arrecadado com

<sup>36</sup> “Essa permanente instabilidade – que acompanha o país desde a crise do México em dezembro de 1994 e que se evidenciou sucessivamente e de forma cada vez mais crítica, nas crises da Ásia em 1997, da Rússia em 1998, do próprio Brasil em 1999, da Argentina em 2001 e, de novo, do Brasil em 2002 – está associada a uma grande dependência da dinâmica econômica brasileira para com o capital financeiro nacional e internacional, que se alimenta das altas taxas de juros pagas pelos títulos das dívidas interna e externa” (FILGUEIRAS, 2006b, p.196).

<sup>37</sup> De acordo com Carcanholo (2003, p.50), “a estratégia de abertura, potencializada pelos efeitos da sobrevalorização cambial da segunda metade da década, levou a um processo de *stop and go* na trajetória de crescimento do país. Qualquer melhora conjuntural que elevasse a renda nacional provocaria aumento da demanda por importações, agravando o déficit em transações correntes e definindo a necessidade de reduzir esse nível de renda. A variável-chave para isso sempre foi a taxa de juros que, mantida em níveis elevados, conseguiu não só reduzir o nível de renda a patamares condizentes com a restrição externa, mas também manter o fluxo positivo de capitais externos”.

<sup>38</sup> “O processo de privatização realizado no primeiro governo FHC (1995-98) foi extraordinário, segundo quaisquer padrões históricos, inclusive internacionais” (GONÇALVES, 1999, p.142).

<sup>39</sup> Como exemplo, há, de acordo com Aloysio Biondi (2001, p.35), o caso das telecomunicações: “[...] em 1996, o governo duplicou os investimentos nas teles, alcançando 7,5 bilhões de reais, chegou aos 8,5 bilhões de reais em 1997 e investiu mais 5 bilhões de reais no primeiro semestre de 1998, totalizando, portanto, 21 bilhões de reais de investimento em dois anos e meio”. Com esse investimento, já “no primeiro semestre de 1997, a Telebrás ainda era uma empresa estatal. Mas seu lucro deu um salto de 250%, passa para 1,8 bilhão de reais [...]. Não houve ‘milagre’ algum, pura e simplesmente o governo havia, finalmente, começado a eliminar o congelamento das tarifas dos serviços das estatais atualizando-as. Bastou dar início aos reajustes negados durante anos, enquanto a inflação continuava a aumentar os custos das estatais, para a situação se inverter e os lucros dispararem. Sem privatização” (BIONDI, 2001,

as privatizações, mais as dívidas transferidas, totalizaram R\$ 85,2 bilhões. Em contrapartida, o dinheiro que não entrou ou que saiu dos cofres do governo alcançou a cifra de R\$ 87,6 bilhões. Além do que, “na carta de intenções que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, entregou ao FMI, inconscientemente, o governo confessa que o equilíbrio das contas do Tesouro ficou mais difícil porque o governo deixou de contar com os lucros que as estatais ofereciam” (BIONDI, 2001, p.39).

Além das privatizações não terem diminuído a dívida pública, que aumentou significativamente no período, os investimentos em infraestrutura tiveram uma grande redução. Estes eram realizados em sua maior parte pelas empresas estatais, uma vez que as inversões exigiam muito capital e o prazo de maturação desses investimentos era longo, não interessando ao capital privado. Consequentemente, neste período houve uma diminuição da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

O aumento da dívida pública<sup>40</sup> somado à deterioração da Balança Comercial e ao elevado déficit em transações correntes no início do segundo mandato do presidente FHC levou-o a promover uma desvalorização cambial como tentativa de reverter esse quadro. A desvalorização redundou em uma fuga de capitais que estavam aplicados em títulos públicos, amenizada pelos empréstimos concedidos pelo FMI<sup>41</sup>, aumento da Taxa Selic e dolarização de parte dessa dívida, como exigência dos credores, em virtude de possibilidades de mais desvalorização do câmbio<sup>42</sup>.

#### 4.1.1. As mudanças no fim dos anos 1990

Houve outras alterações importantes que marcaram o neoliberalismo no Brasil diante da crise do Real do fim dos anos 1990. Além de o governo liberar recursos para o setor bancário privado com o Programa de Estímulo e Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER)<sup>43</sup>, para que conseguissem lidar com a desvalorização da moeda nacional, houve a implantação do tripé macroeconômico como cumprimento de exigência do FMI para garantir o pagamento da dívida.

---

p.45, grifos do autor). Mesmo assim, o governo privatizou o sistema Telebrás. Segundo Biondi (2001, p.33, grifos do autor), “[...] quando as teles afinal foram vendidas por 22,2 bilhões de reais, os meios de comunicação trombetaram o tempo todo que o governo usara aquela ‘dinheirama’ para reduzir a dívida ... Continuavam a esconder que na verdade, o governo só recebera 40% desse valor – 8,8 bilhões de reais. (De fato, receberia menos ainda, considerando que o governo financiaria por meio do BNDES, 50% da entrada)”.

<sup>40</sup> “A dívida pública, apesar da aprovação da chamada ‘Lei de Responsabilidade Fiscal’ e da obtenção de elevados superávits fiscais primários (R\$ 165,4 bilhões acumulados), chegou a R\$ 881 bilhões, passando de 41,7% do PIB em 1998 para 56,5% ao final de 2002” (FILGUEIRAS, 2005, p.17-18, grifos do autor).

<sup>41</sup> Após a desvalorização cambial de 1999, o governo brasileiro incorreu em um empréstimo de US\$ 41,5 bi junto ao FMI, para amenizar a saída de capitais especulativos naquele período e, posteriormente, em função das crises internacionais, mais dois empréstimos: US\$ 15,6 bi em 2001 e US\$ 30 bi em 2002 (FILGUEIRAS, 2005).

<sup>42</sup> Quando o câmbio se valoriza ocorre o movimento contrário, os especuladores em títulos públicos prescindem da dívida dolarizada, pois os mesmos ganham com a valorização da moeda.

<sup>43</sup> Na análise de Sampaio Jr. (2005, p.298): “Toda vez que a economia ficava sob a ameaça de estrangulamento cambial, a dívida pública dava novos saltos, uma vez que, para desestimular a fuga de capitais, as autoridades jogavam os juros na estratosfera e socializavam os prejuízos do grande capital, estatizando o risco da desvalorização cambial e cobrindo os prejuízos dos empresários pegos no contrapé do movimento econômico. Um dos exemplos mais escandalosos dessa maneira de lidar com as crises é o famigerado PROER (auxílio aos bancos privados pegos no contrapé da desvalorização cambial de 1999), que consumiu aproximadamente R\$ 36 bilhões. A título de comparação, tal volume equivale a mais de metade do total dos investimentos da União nos oito anos de FHC e a mais do que todo o gasto médio anual de seu governo com saúde, saneamento, educação, cultura, habitação e urbanismo”.

O tripé macroeconômico se ancoraria em: i) metas de inflação; ii) superávit primário; e iii) câmbio flutuante. As metas de inflação seriam importantes na lógica do capital para a estabilização de preços sobretudo para que o investidor em títulos públicos pudesse saber qual taxa real de juros que obteria com sua especulação; o superávit primário garantiria que o governo economizasse recursos para pagar os juros da dívida em detrimento aos investimentos, e o câmbio flutuante permitiria aos rentistas especular com a variação cambial.

Ancorado nas ideias do Novo Consenso Macroeconômico<sup>44</sup>, o tripé macroeconômico significou na prática o uso de políticas neoliberais ditadas pelo FMI sem que este estivesse explicitamente “governando” o país e mesmo nos períodos em que o Brasil não era mais seu devedor. Assim, o tripé macroeconômico funcionaria estrategicamente como uma “tutela indireta” dos interesses das economias centrais, em especial, do rentismo.

O suposto foco no controle de uma inflação de demanda – que tem metas anuais a serem seguidas<sup>45</sup> – fez do juro básico (Taxa Selic) o principal instrumento de política monetária. Ao sinal de uma elevação de preços, o governo passaria a realizar um aumento da taxa de juros com o argumento de controle da inflação, para que esta ficasse dentro da meta estipulada, mesmo quando tais oscilações não resultassem claramente de uma pressão de demanda, como os efeitos sobre os preços devido a questões climáticas e a sazonalidades de safras agrícolas<sup>46</sup>.

Desde que foi implantado o tripé macroeconômico, o país realizou anualmente resultados primários positivos<sup>47</sup>, isto é, priorizou dentro do seu orçamento o pagamento de juros aos detentores de papéis da dívida pública. Comprometeu quase metade da sua receita com juros e amortizações da dívida em prejuízo aos investimentos em educação, saúde, saneamento etc. – áreas que recebem menos de 5% do orçamento cada uma<sup>48</sup>. O país também colocou o câmbio a flutuar de maneira “suja”, com o Banco Central administrando a moeda, realizando compras ou vendas no mercado cambial dependendo do momento, a fim de que a sociedade brasileira convivesse com o real valorizado em relação ao dólar durante anos. A explicação corrente dos diferentes governos que assumiram o país depois de 1999 era de que havia necessidade de controlar a inflação de demanda (entendida como a causadora da pressão de preços) com a entrada de importações mais baratas do que os produtos nacionais, o que pressionaria os preços em geral dos produtos comercializados dentro do país para baixo.

<sup>44</sup> O Novo Consenso Macroeconômico defende o tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário) como solução mais adequada de política econômica, sobretudo em países periféricos como o Brasil. Essa vertente do pensamento econômico une aspectos das correntes: novo-keynesiano; novo clássico e ciclos reais de negócios. Sobre as ideias do Novo Consenso Macroeconômico ver: Blinder (1997); Blanchard (1997); e Bernanke; Mishkin (1997). Algumas críticas ao Novo Consenso estão presentes em Arestis; Sawyer (2008).

<sup>45</sup> Para entender o mecanismo de funcionamento na prática do regime de metas, ver: “Regime de Metas para a Inflação no Brasil”, Banco Central, Série Perguntas Mais Frequentes, 2013.

<sup>46</sup> Ver sobre isso algumas reportagens que confirmam a sazonalidade da alta de preços, que chegou a ser chamada de inflação do tomate tanto em 2013 quanto em 2015. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/blogs/de-olho-nos-precos/tomate-o-vilao-da-inflacao-de-novo/>; <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/10/inflacao-marco-ibge.htm>.

<sup>47</sup> Desde 1999, o país registrou superávit primário entre 1,90% e 3,79% do PIB. Em 2014, pela primeira vez houve déficit nesta conta. Sobre esta série histórica, ver: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/contas-do-setor-publico-tem-primeiro-deficit-da-historia-em-2014.html>. Em 2015 e 2016, o resultado primário também foi deficitário. Isso se deveu mais a uma queda expressiva da arrecadação do Estado do que a uma discordância da política econômica do tripé macroeconômico.

<sup>48</sup> Ver: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>.

A bem da verdade, a manutenção do tripé macroeconômico teve outros efeitos, a despeito de controlar a inflação. O tripé representou uma redução ainda mais significativa da produção industrial no país<sup>49</sup> do que nos anos 1980, já que as burguesias brasileiras, na média, começaram a importar produtos prontos, principalmente, da China para revendê-los no país diante do câmbio favorável para isso. Elas deixaram de fabricar produtos no Brasil, seguindo o movimento de muitas empresas transnacionais, que também voltaram sua produção para a China, notadamente. Os juros altos favoreceram a aplicação de seus excedentes no mercado financeiro e não em investimentos produtivos no Brasil, motivando com essa prática saldos negativos na Balança Comercial. O quadro sombrio no setor industrial trouxe forte impacto ao já historicamente frágil Balanço de Pagamentos, ampliando a vulnerabilidade externa, uma vez que o país passou a depender mais do capital especulativo de curto prazo para o “equilíbrio” de suas contas, dado que o saldo da Balança de Serviços e Balança Comercial mostravam-se negativos<sup>50</sup>.

O tripé macroeconômico<sup>51</sup> representou, em síntese, uma redução ainda maior do papel do Estado Nacional para a promoção de uma política macroeconômica autônoma. Assim, o país acentuou a desindustrialização relativa<sup>52</sup>; ampliou a exportação de commodities<sup>53</sup> em detrimento ao avanço dos produtos industrializados; aumentou a remuneração do capital financeiro por meio de elevados superávits primários e altas taxas de juros; e elevou a vulnerabilidade externa, dado o aumento da dependência ao capital estrangeiro, sobretudo especulativo, para “fechar” o Balanço de Pagamentos.

<sup>49</sup> Sobre o recente desempenho da produção industrial ver: [http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2016/iedi\\_na\\_imprensa\\_20160218\\_emprego\\_industrial\\_cai\\_62\\_e\\_m\\_2015\\_aponta\\_ibge.html](http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2016/iedi_na_imprensa_20160218_emprego_industrial_cai_62_e_m_2015_aponta_ibge.html).

<sup>50</sup> Sobre o Balanço de Pagamentos, deve-se ressaltar que a Balança de Serviços negativa foi favorecida pelos gastos de turismo no exterior, uma vez que o real valorizado em relação ao dólar facilitou as viagens internacionais. A Balança Comercial, com a moeda nacional valorizada, sofreu não só o impacto do aumento das importações, mas também da redução das exportações, especialmente de manufaturados. A valorização cambial também favoreceu o fluxo de saída de rendas para a matriz de maneira valorizada para o capital. Complementou essa estrutura vulnerável, a entrada maciça de capital estrangeiro de curto prazo pela conta capital e financeira, de olho nos vultosos rendimentos oferecidos pela alta taxa de juros no Brasil. Sobre o tamanho desse fluxo de capital estrangeiro de curto prazo, ver: < <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2015/12/05/fluxos-de-capital-estrangeiro-em-curto-prazo-fra-de-cupom-curto/>>.

<sup>51</sup> Deve-se ressaltar que o tripé macroeconômico, considerado como elemento representativo do neoliberalismo (ainda que não o único), perpassou governos de diferentes partidos, sem que fosse rompido. Alguns autores defenderam que, apesar de não ter sido rompido nos governos Lula I e II e no governo Dilma Rousseff I e II, o tripé macroeconômico teria recebido uma certa flexibilização e portanto tais governos não teriam cedido tanto assim ao neoliberalismo. Essa argumentação não se sustenta porque mesmo que em parte dos anos desses governos tenha ocorrido uma inflação mais distante do centro da meta, ainda assim a inflação ficou, na maioria das vezes, dentro da meta. Os juros altos foram uma constante nesses governos, com o suposto intuito de controle dos preços, ainda que não tenham sido tão altos como na era FHC. O superávit primário sobre o PIB variou de 1% a 3% do PIB nos governos Lula e Dilma (exceto os déficits verificados em 2014 e 2015), sendo os resultados da era Lula maiores até mesmo do que os dos anos FHC e Dilma. Ainda que Dilma tenha feito uma política de redução mais expressiva de juros entre 2011 e 2012, essa política não vigorou nem por um ano. Sobre a flexibilização do tripé, ver: Jurgenfeld (2013a; 2013 b).

<sup>52</sup> Ver: Cano (2012; 2014).

<sup>53</sup> De acordo com Cano (2012, p.3-6), “os nefastos efeitos da década perdida, de 1980, e os decorrentes da instauração das políticas neoliberais, a partir de 1990, a queda da participação da indústria de transformação no PIB para a América Latina em seu conjunto foi grave: [...] Os dados entre 2008 e 2010 regridem, para cerca de 19% no México e na Argentina, e a mais aguda, a do Brasil, para cerca de 18% [...]. Com efeito, a participação do Brasil na produção da indústria de transformação mundial, que era de 2,8% em 1980, vai caindo, para 2% em 1990 e atinge em 2010 1,7%”.

## 5. Considerações Finais

O neoliberalismo é a negação do comando do Estado Nacional. É a primazia do mercado. Assim sendo, o neoliberalismo é a negação do desenvolvimento nacional e tende a desarticular a possibilidade de se concluir o processo de formação do Brasil. Em outras palavras, essa ideologia recusa a construção da Nação.

Em termos concretos, no Brasil contemporâneo isso guarda relação com o avanço da desindustrialização do país, com um maior endividamento público, com a fragmentação do território (onde as regiões voltam a se conectar diretamente com o exterior, através de exportações de commodities, por exemplo) e com a “tutela” internacional sobre as políticas macroeconômica e industrial. E representa perda de poder do Estado sobre os fins e os meios. Trata-se, portanto, de uma fase de exacerbação do “imperialismo total”, de Fernandes, e do que foi caracterizado como “pós-nacional” por Furtado.

O capitalismo financeiro globalizado, voltado ao rentismo, acirra a dependência e a vulnerabilidade externas e abala completamente a soberania nacional. Economias perdem qualquer controle sobre a sua política econômica, logo, a formação da economia nacional não se perspectiva mais, de forma que não há como existir políticas de desenvolvimento nacionais de fato.

O resgate de Fernandes e Furtado ajuda a mostrar como historicamente foi construída a crise contemporânea. Esses autores apontaram os principais elementos de transformações do capitalismo global a partir do pós-Segunda Guerra Mundial bem como as mudanças no Brasil, no sentido de “adequações” às novas configurações mundiais, desde os anos 1950, mas de maneira mais firme pós-64.

Ao analisar as especificidades do Brasil, um país de passado colonial, escravocrata e de constituição da industrialização pesada na fase do capitalismo mundial monopolista, tanto Fernandes quanto Furtado sinalizavam para o caráter dependente do país e o aumento da extroversão do excedente social com a instalação das transnacionais.

Conforme resgatado no artigo, Fernandes mostra como a fase da internacionalização produtiva promoveu uma industrialização pesada que não tinha como objetivo resolver os problemas da sociedade brasileira, mas sim garantir os interesses de valorização do capital no espaço nacional das empresas oligopolistas estrangeiras, além de manter e expandir a posição de superprivilegiamento da elite interna dominante, que apoiou incondicionalmente a industrialização com dependência externa e segregação social.

Para Furtado, chegou-se a uma situação, explicitada pela fase “pós-nacional”, na qual os interesses das transnacionais instaladas no país comprometeram a constituição do país enquanto Nação. O Brasil cedeu aos interesses de acumulação das transnacionais tanto na esfera produtiva quanto na esfera financeira, mantendo uma estrutura heterogênea, de forte concentração de renda, de baixo nível salarial e alto desemprego estrutural.

A crise da dívida externa e posteriormente o neoliberalismo vão exacerbar a extração de excedente no país e bloquear em grande medida a capacidade de o Estado manejar as políticas macroeconômicas em prol do desenvolvimento nacional de fato. Elas serão estabelecidas por organismos internacionais diretamente ou indiretamente, como o FMI, cuja meta principal será, por um lado, garantir a valorização do capital produtivo das empresas oligopolistas no país e, por outro lado, se certificar de que os pagamentos com juros da dívida pública externa e interna sejam honrados.

Como nos anos imediatos ao pós-Segunda Guerra Mundial, as burguesias brasileiras, por meio do Estado, vão mais uma vez, com o avanço do neoliberalismo, garantir as mudanças necessárias para atender a remuneração do rentismo e disso também se beneficiar.

## 6. Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

ARESTIS, P. SAWYER, M. New consensus macroeconomics and inflation targeting. In: *Economia e Sociedade*, v. 17, número especial, dezembro, 2008, p. 631-655.

BAER, M. *O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BATISTA, P. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas Latino-Americanos. In: *Caderno Dívida Externa*. n. 6, PEDEX, São Paulo, 1994.

BERNANKE, B.; MISHKIN, F. Inflation targeting: A New Framework for Monetary Policy? In: *Journal of Economic Perspectives*, spring, 11(2), 1997, p. 97-116.

BIONDI, A. *O Brasil privatizado* (Edição Especial). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

BLANCHARD, O. There a core of usable macroeconomics? In: *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, maio, 1997, p. 244-246.

BLINDER, A. S. Is there a core of practical macroeconomics that we should all believe?. In: *The American Economic Review*. Vol. 87, No. 2, papers and proceedings of the hundred and fourth annual meeting of the American Economic Association, maio, 1997, p.240-243.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, L. C. D. (Org.). *Desenvolvimento e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. Contraponto: Rio de Janeiro, 2012.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v.21, Número especial, dez 2012: 831-852.

\_\_\_\_\_. Desindustrialização e Subdesenvolvimento. In: *Textos para Discussão*, Instituto de Economia/Unicamp, 2014, disponível em <http://www3.eco.unicamp.br/publicacoes>.

CARCANHOLO, M. D. A Década Mais que Perdida: vulnerabilidade e restrição externas no Brasil nos anos 90. In: *Economia-Ensaio*, Uberlândia, 17(2)/18(1): 87-102, jul. e dez./2003.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise – A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, SP: Unesp/IE-Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos desenvolvimentismos. In: *FPA discute desenvolvimento*. Fundação Perseu Abramo, Julho de 2013.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: *Economia e Sociedade*. Instituto de Economia da Unicamp, (5):1-30, dez.1995.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica; prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Hucitec, 1979. (Coleção Pensamento Socialista).

\_\_\_\_\_. *Brasil: em compasso de espera – pequenos escritos políticos*. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina*. 9. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

\_\_\_\_\_. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*: fundamentos, impactos e contradições. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006a.

\_\_\_\_\_. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: *publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. CLACSO, Buenos Aires. Agosto/2006b.

\_\_\_\_\_. *Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil*: implantação, evolução, estrutura e dinâmica. Mimeo, 2005.

FURTADO, C. *A Nova Dependência*: dívida externa e monetarismo. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. *Pequena introdução ao desenvolvimento – enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

\_\_\_\_\_. *Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *A herança e a ruptura*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

JURGENFELD, V. Estratégia de Crescimento Divide Heterodoxos, *Valor Econômico*, São Paulo, 24 de outubro de 2013a, p. A14.

\_\_\_\_\_. Diferenças vão do ‘tripé macro’ à política industrial, *Valor Econômico*, São Paulo, 24 de outubro de 2013b, p. A14.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, C. H. L. Celso Furtado e Subdesenvolvimento: uma crítica às novas interpretações desenvolvimentistas no Brasil dos anos 2000. In: *Cadernos do Desenvolvimento*, Centro Celso Furtado. Rio de Janeiro: vol. 11, n. 18, jan-jun., 2016.

LESBAUPIN, I.; MINEIRO, A. *O desmonte da Nação em dados*. Petrópolis: RJ: Vozes, 2002.

MELLO, J. M. C. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latinoamericana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: (9): 159-64, dez., 1997.

OLIVEIRA, G. *Brasil Real, desafios da pós-estabilização na virada do milênio*. São Paulo: Mandarim, 1996.

RODRIGUES, C.H.L. *Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)*. Campinas: 2017. Tese (Doutorado) – IE/Unicamp.

SADER, E. (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAMPAIO JR., P. A. Desafios do momento histórico e lições do governo Lula. In: PAULA, J. A. (org.). *Adeus ao desenvolvimento – a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_. *Padrão de reciclagem da dívida externa e política econômica do Brasil em 1983 e 1984*. Campinas: 1988. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

TAVARES M. C.; MELIN L. E. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. & FIORI, J. (Org.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_; ASSIS, J. C. *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.